



A Comissão Organizadora do **I EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA PROFISSIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, nos termos do Item 12. DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS E DOS RECURSOS, Subitem 12.7.1 do Edital N.º 001/2023/PGJ, faz publicar o padrão de resposta preliminar da Prova Discursiva.

Explique o papel das Forças Armadas na Constituição do seu país. Aborde a submissão das Forças Armadas ao poder civil e a relevância desse princípio para a manutenção da estabilidade democrática.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 estabelece o papel das Forças Armadas e define sua submissão ao poder civil como um pilar fundamental da democracia. As Forças Armadas brasileiras são compostas pelo Exército, Marinha e Aeronáutica, incumbindo-lhes a defesa da pátria, a garantia dos poderes constitucionais, a garantia da lei e da ordem.

A relevância da submissão das Forças Armadas ao poder civil está profundamente enraizada na experiência histórica do país. Durante grande parte do século XX, o Brasil sofreu períodos de regime militar autoritário, nos quais as Forças Armadas exerceram um controle direto sobre o governo e violaram os princípios democráticos. Isso culminou no golpe militar de 1964, que instaurou uma ditadura militar que durou até meados da década de 1980.

A redemocratização do Brasil trouxe consigo uma ênfase na subordinação das Forças Armadas ao poder civil como forma de evitar abusos de poder e preservar a democracia. A Constituição de 1988 estabeleceu mecanismos para assegurar essa submissão:

1- Hierarquia e disciplina. As Forças Armadas são hierarquizadas e disciplinadas, estando subordinadas ao presidente da República, que é o Comandante Supremo. Isso significa que o presidente é a autoridade máxima sobre as Forças Armadas.

2- Separação de poderes. A Constituição define a separação dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, com o poder Executivo sendo o responsável pelas decisões sobre ações militares, nomeação de líderes militares e gestão das políticas de defesa.

3- Controle civil: O presidente da República, eleito democraticamente, é o responsável por tomar decisões relacionadas à política de defesa e emprego das Forças Armadas. Além disso, o Congresso Nacional exerce o controle externo das atividades militares, fiscalizando suas ações e orçamento, além do correlato controle judicial dos atos administrativos praticados.

4- Lei e ordem: As Forças Armadas podem ser empregadas para a garantia da lei e da ordem, mas apenas em situações excepcionais e temporárias, quando as forças de segurança pública não são suficientes para lidar com ameaças à ordem pública.

A submissão das Forças Armadas ao poder civil é crucial para a manutenção da estabilidade democrática, pois evita a possibilidade de uma ruptura da ordem constitucional e a interrupção do regime democrático. Esse princípio ajuda a prevenir abusos de poder e garante que as decisões relacionadas à segurança nacional sejam tomadas dentro do contexto político e legal, preservando a voz da sociedade civil e dos representantes eleitos. Isso fortalece a confiança da população nas instituições democráticas e mantém o país no caminho do respeito aos direitos humanos e à liberdade.

A COMISSÃO